

Vasco Cardoso

Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico

Resumo:

Entre 1935 e 1966, um primeiro lugar o Estado Novo e, em segundo lugar, o Município do Porto, intervieram na questão da habitação social construindo os *bairros de casas económicas*, e os *grupos de moradias populares*, respectivamente. Os dois promotores concretizaram, no território da cidade, duas morfologias de padrão geométrico. O problema da habitação social recebeu duas respostas diferentes, originárias de dois contextos e de duas concepções diferentes. No entanto, sete dos treze bairros municipais foram implantados junto dos *bairros de casas económicas* preexistentes.

Da contextualização do problema e da análise de três das condicionantes consideradas importantes, avança-se para um estudo em arquivo dos projectos dos *grupos de moradias populares*, procurando reconhecer os princípios dos modelos e conhecer as razões da opção pela contiguidade das implantações.

As diferenças da partida, a rigidez geométrica dos modelos pré-concebidos, os imponderáveis da obra, e sobretudo, a necessidade de economia de custos não permitiram que os bairros posteriores conseguissem continuidades morfológicas nos encontros. No entanto, a proximidade operacionalizou o Plano de Melhoramentos, na medida que reduziu esforços de urbanização, e colaborou para uma distribui-

ção mais uniforme das pessoas deslocadas pelo território periférico que se densificava.

Abstract:

Between 1935 and 1966, the Salazar Regime and the Oporto City Hall's *Plano de Melhoramentos* (Improvement Plan), respectively, promoted two affordable housing programmes, followed two urban morphologies of a geometric pattern: the *bairros de casas económicas* (areas of economical individual houses) and the *grupos de moradias populares* (groups of social housing blocks). Thus, two different solutions for the social housing problem were found, each stemming from different conceptions and different contexts. Nevertheless, seven of the thirteen municipal housing blocks were built next to the older *bairros de casas económicas*.

After contextualizing the problem and analyzing three essential variables to this study, archive research was conducted into the original projects for the *grupos de moradias populares*, in an attempt to identify the principles behind the theoretical models and understand the reasons for their location.

The differences in concept and context at the outset, the geometric rigidity of the preconceived models, the imponderables of construction works and, particularly, the need for cost-effectiveness, hindered morphological continuities between the two housing types. Nevertheless, this proximity boosted the municipal Improvement Plan, in that it reduced the extent of urbanization efforts, and contributed to a more uniform distribution of the displaced population throughout the city's outskirts which were gradually increasing in density.

Introdução

Os *bairros de casas económicas*, de iniciativa do Estado Novo, e os *grupos de moradias populares*, saídos do Plano de Melhoramentos de iniciativa municipal, de 1956 a 1966, são "duas concepções de organização do espaço urbano resultante no seu geometrismo do prévio

planeamento, mas, ambas, com a regularidade quase monótona que caracteriza estes tipos de concepção essencialmente utilitários e económicos”¹. Havendo dois padrões e duas morfologias diferentes, há, por isso, duas posturas e dois contextos de intervenção diferentes. A partir do estudo das morfologias em presença, importa tentar contribuir para o esclarecimento da contiguidade das implantações, ocorrida em alguns casos.

O território do objecto de estudo é composto pelas freguesias envolventes da cidade oitocentista: Campanhã, Paranhos, Ramalde, Lordelo do Ouro e também Aldoar. A densificação da mancha construída deste território arranca em 1937. E “poderá dizer-se que a característica principal do urbanismo deste período posterior à planta de 1937 e até aos nossos dias, reside na construção de *bairros de casas económicas e grupos de moradias populares (...)*”². Entre 1956 e 1966, a Câmara Municipal do Porto deu um importantíssimo contributo para essa densificação ao implementar o Plano de Melhoramentos (primeira fase), no âmbito do qual construiu 6072 habitações em imóveis colectivos organizados em treze bairros. Destes treze bairros, sete serão implantados em terrenos anexos aos dos bairros de casas unifamiliares preexistentes: Gomes da Costa e Pasteleira; Ramalde e Campinas; Amial e Regado; Azenha e Carriçal; Manuel Laranjeira (acção da Câmara Municipal do Porto, 1917), Paranhos e Outeiro; Costa Cabral e Pio XII; Ilhéu e os dois bairros de S. Roque da Lameira.

“Como consequência do inquérito às ilhas efectuado em 1939, (...), a CMP inicia em 1940, com a construção do bloco de Duque de Saldanha (Bonfim), uma série de empreendimentos de habitação plurifamiliar, o que contrastava fortemente com os modelos e as políticas professadas pela administração central. Assim, foram construídos os empreendimentos de S. João de Deus (1940/4-1956, a primeira intervenção obedecia ainda à tipologia unifamiliar definida pelo Estado Novo, enquanto as fases posteriores seriam baseadas na tipologia do bloco colectivo)”³.

1. Pereira de Oliveira, José Manuel (2007: 1.ªEd. 1973), p. 372.

2. Idem, p. 338.

3. Ferreira, José António, Ferreira, Leonor Vasconcelos e Pimenta, Manuel (2001), p. 78.

Contexto

Desde finais do século XIX, várias acções planeadas foram mais ou menos eficazes na resolução do problema de garantir alojamento para as pessoas que viviam com muitas dificuldades económicas, sobretudo para os habitantes das ilhas.

A criação de habitação para pessoas de rendimentos reduzidos coloca-se como problema urbano desde que, com a revolução industrial, houve um aumento muito significativo de moradores nas cidades. Estes, oriundos do meio rural, chegavam para trabalhar na indústria.

Os fracos rendimentos e a necessidade de grandes quantidades de alojamento específico em curto período de tempo são os dados do problema. Os principais debates ou questões levantadas pela promoção de habitação a baixos custos revelaram ser os mesmos ao longo do tempo: a rentabilidade do investimento para o promotor, a localização dos empreendimentos e a tipologia das intervenções.

As ilhas foram a principal solução para o alojamento da população migrante, constituindo a intervenção construtiva com maior reflexo na morfologia urbana do Porto da segunda metade do século XIX, como revelou, pela primeira vez, a Planta do Porto de 1892.

Num contexto de uma industrialização técnica e economicamente pouco robusta, geradora de uma classe operária de parcos rendimentos, houve falta de promotores com capital e interessados na exploração de um mercado pouco rentável. No entanto, a burguesia, economicamente mais frágil, encontrou uma oportunidade de negócio à medida das suas possibilidades e isso foi determinante na qualidade das construções oferecidas à procura. As fracas condições foram fulcrais para que as ilhas agudizassem os problemas de salubridade e higiene da cidade que, como quase todas as outras do país, estava suburbanizada⁴. Neste sentido, as ilhas foram apontadas como principal foco de desenvolvimento e disseminação da peste bubónica, do final do Oitocentos. Por outro lado, as ilhas foram também apontadas como possível origem de movimentos operários contestatários.

O problema da falta de oferta de habitação individual capaz, salubre, higiénica e acessível aos operários da indústria, estendia-se a

4. Fernandes, Mário Gonçalves (2005), p. 99.

todo o país, em diferentes graus e apresentando variadas propostas de solução. Como resposta, nessa ocasião surgiram levantamentos, inquéritos, relatórios e estudos como “Demografia e Higiene na Cidade do Porto”, dirigido por Ricardo Jorge. Por outro lado, desde a década de oitenta do século XIX, o Estado tinha vindo a estudar, discutir e/ou aprovar uma série de leis no sentido de estimular a iniciativa privada para o investimento em habitação social. O Estado contava que, com o interesse no investimento, os privados, financeiramente mais robustos e tidos como fundamentais para a resolução do problema, garantissem as acções planeadas e abrangentes, necessárias para eliminar os problemas de higiene e salubridade.

No Porto, foram, essencialmente, duas as experiências de acções projectadas, envolvendo o investimento privado. O arranque deu-se com a iniciativa do jornal *O Comércio do Porto*, apoiada pela Câmara Municipal, e que reuniu os investidores privados. As acções estendem-se de 1899 a 1904 com fraquíssimos resultados⁵. A outra parceria público-privado foi dinamizada pela primeira república com a realização do bairro social da Arrábida⁶, em 1918. A iniciativa não resultou, entre outros motivos, pelo facto de a Lei do Inquilinato, ao fixar rendas, ter dissuadido o investimento privado neste tipo de casas.

Na generalidade, os exemplos de envolvimento dos privados fracassaram porque, tal como nas ilhas, “A maior parte dos promotores de habitação operária do Porto não dispunham dos meios financeiros suficientes para investir neste tipo de empreendimentos, muito mais avultados que os necessários à construção das ilhas. Os que tinham capital suficiente para o fazer preferiam aplicá-lo na aquisição especulativa de solos urbanos ou na construção de habitação burguesa, actividades que lhes proporcionavam rendimentos mais elevados que a construção de habitação de baixo custo patrocinada pelo Estado”⁷.

5. Fora do território em estudo aparecem as 26 casas agrupadas da Colónia d’O Comércio do Porto Monte Pedral em 1899. Em Lordelo, 29 casas da Colónia d’O Comércio do Porto (1901); no Monte das Antas, 40 casas ainda de uma Colónia d’O Comércio do Porto, a denominada do Bonfim (1904).

6. O bairro continua a morfologia do bairro camarário de Viterbo de Campos, 1917 (nesta data já a Câmara tinha assumido sozinha o problema), contíguo, ao ponto de se confundirem os limites entre ambos.

7. Teixeira, Manuel C. (1996), p. 496.

O Estado e a Câmara vêem nas suas mãos a responsabilidade para agir. Munidos de instrumentação legal e de trabalho científico de reconhecimento do problema no território, esses dois promotores públicos, quase sempre trabalhando em paralelo, começaram a intervir.

A Câmara Municipal do Porto avançou e, de 1917 a 1956, construiu uma série de bairros onde experimentou soluções que foram o suporte da opção aplicada, mais tarde, com o Plano de Melhoramentos⁸.

A promoção estatal esteve basicamente parada, inclusive por causa das transformações políticas, até o Decreto-Lei n.º 23052, de Setembro de 1933, quando se regulamentou o plano nacional das *casas económicas*. O Estado iniciou um papel activo como promotor principal na construção de casas unifamiliares e económicas, contando com a participação dos Municípios e das instituições corporativas nas acções a desenvolver. Em 1938, o Estado estabeleceu condições que, esperava, pudessem motivar os privados a participar no processo, mas limitou-as a partir de 1946. Com o desinteresse dos privados e com o fim do financiamento estatal, ocorrido em 1957, o número de realizações ficou longe de ser suficiente⁹.

8. Na sequência directa da colaboração com o jornal *O Comércio do Porto* surgem as Colónias de Viterbo de Campos, Antero de Quental, Estêvão de Vasconcelos e Dr. Manuel Laranjeira, em 1917. Até 1940, houve uma pausa nas realizações, durante a qual o Município promoveu vários estudos e relatórios, quer no interior dos serviços, quer por entidades externas, sobre o problema das habitações insalubres nas ilhas: o inquérito lançado pelo Inspector de Saúde do Porto, em 1929; o inquérito da Delegação Geral de Saúde do Porto, de 1929 a 1933; *A Salubridade Habitacional no Porto*, de 1934; e o *Inquérito Geral às Ilhas*, de 1939. Elaboraram, ainda, o *Plano de Salubridade das Ilhas do Porto*, que permitiu melhorar as condições de ilhas através da demolição de algumas casas, diminuindo a densidade de ocupação da ilha. Os resultados não foram em quantidade razoável.

Quando começaram as acções de edificação, experimentaram um imóvel colectivo pioneiro, o Bloco Duque de Saldanha, em 1940. A partir dessa data, aumentaram a actividade e a dimensão das empreitadas com as experiências de bairros de casas individuais (associadas ao par e, noutros casos, também em dois andares): S. João de Deus, em 1940 e 1944, S. Vicente de Paula, entre 1950 e 1954, da Rainha D. Leonor, 1953, das Condominhas, 1955 e Pereiró em 1956; e, ainda, com as experiências de construção de empreendimentos com blocos de habitação colectiva, os casos das ampliações do bairro Rainha D. Leonor, em 1955, e do bairro de S. João de Deus, em 1956.

9. Ao abrigo do Plano das Casas Económicas, foram construídos no Porto os seguintes bairros: o Bairro do Ilhéu em 1935; o Bairro das Condominhas em 1937; o Bairro do Amial em 1938 (ampliado com mais 94 casas, em 1958); os Bairros da Azenha, de Paranhos e de Ramalde em 1939; os Bairros de Costa Cabral e de S. Roque da Lameira, em 1942; o Bairro de Gomes da Costa em 1950; os Bairro de António Aroso e da Vilarinha em 1958; e o Bairro do Viso, com 294 habitações em blocos habitacionais, concluído em 1965.

Coincidindo temporalmente com o período em que a construção de *casas económicas* praticamente parou, a iniciativa municipal executou um plano – o Plano de Melhoramentos, de 1956 a 1966 – corolário das suas obras anteriores. O Plano de Melhoramentos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40616, datado de 28 de Maio de 1956, surge na sequência das obras e dos estudos feitos e da aplicação do *Plano de Salubridade das Ilhas do Porto*. Trata-se de uma tentativa de sistematizar as acções, procurando a colaboração financeira do Estado, beneficiando de uma vaga de investimentos nacionais e aproveitando a aceitação do regime relativamente à solução dos imóveis colectivos.

Munida de um plano de urbanização, o Plano Regulador, de 1954, a Câmara Municipal do Porto estava em condições de delinear um plano que pretendia terminar com o problema das ilhas. O plano previa construir, em dez anos, 6000 fogos, pouco menos de metade do número de casas existentes nas ilhas, segundo o *Inquérito Geral às Ilhas*. Os fogos constituíam-se em blocos colectivos¹⁰, organizados em bairros a construir nas freguesias periféricas, e previa reabilitar todas as ilhas onde fosse possível tal missão, no sentido de causar o mínimo de perturbação social. “Sem dúvida que algumas ilhas foram destruídas. Os mapas recolhidos atestam-no. Todavia, nenhuma remodelação/melhoramento foi realizada nas que subsistiram”¹¹.

O programa foi prolongado por mais cinco anos com o objectivo de construir mais 3000 casas. No final do prazo, só estavam concluídas pouco mais de metade. E só depois do 25 de Abril se atingiu o número previsto em 1966, mas já fora do âmbito do Plano.

O investidor

Das ilhas, um modelo que se cria a partir da ordem própria da cidade, passou-se para um modelo abstracto imposto à cidade, acarre-

10. Construíram-se os seguintes bairros: Bom Sucesso, 1958; Pio XII e Carvalhido, 1958; S. Roque da Lameira, 1959, Pasteleira e Agra do Amial, 1960; Outeiro, 1960 e 65; Carriçal 1961; Fernão de Magalhães, 1962; Fonte da Moura, 1962 e 1964; Cerco do Porto, 1963; Regado, 1964; Eng.º Arantes de Oliveira (Campinas), 1965.

11. Gross (1982), p. 197.

tando implicações centrais nos outros dois vectores: o da localização e o da tipologia e morfologia dos modelos de habitação. A diferença na morfologia urbana dada pela alteração do investidor, com diferentes expectativas do lucro, foi enorme. A mudança de investidor privado para público alterou a génese dos modelos. E os modelos seguidos pelos poderes públicos, Câmara e Estado, apesar de diferentes por se construírem sobre conceitos diferentes, a partir de leituras diferentes da realidade da habitação social da época, têm, de facto, géneses abstractas.

Outra implicação central na morfologia das intervenções reside na estabilidade das condições ao longo do tempo. No caso das ilhas, não houve alterações nas condições de procura, de oferta e do território, exceptuando as tentativas económica e socialmente desadequadas feitas com o Bairro de Vilar¹² e com o Bairro Herculanó¹³. Assim, as morfologias das ilhas não sofreram alterações.

De igual modo, décadas depois, nos *grupos de moradias populares*, como o investidor se manteve ao longo de todo o processo, durante o qual também se mantiveram os destinatários da promoção e todas as outras condições, não houve alterações na tipologia dos fogos nem na morfologia dos conjuntos.

Pelo contrário, no caso dos bairros de *casas económicas*, houve alterações morfológicas expressas pela presença das diferentes tipologias de casa¹⁴, decorrentes dos diferentes rendimentos dos futuros moradores. Essas foram aparecendo no decurso do programa, numa tentativa de proporcionar oferta (com expectativa de lucro) para os vários grupos

12. Teixeira (1996), pp. 293-313.

13. Idem, pp. 331-354.

14. Numa primeira fase, até 1943, o plano estabelece dois modelos de casa, definidos pelos rendimentos dos futuros ocupantes – as *classes* A e B – tendo cada *classe* três variantes, determinadas pelos diferentes agregados familiares – *tipos* I, II e III. Posteriormente, definem-se mais duas *classes*, a C e a D, cada uma com os mesmos três *tipos*. Estes modelos predefiniram-se em função do que se esperava fosse o resultado do equilíbrio entre necessidades de espaço e capacidade de solvência das várias constituições familiares admitidas. As casas das duas primeiras *classes* eram claramente menos elaboradas do que as segundas e, por isso, acessíveis a rendimentos familiares mais reduzidos. Até 1942, 80% das casas construídas pertenciam à classe A, a de construção e espaço mais modestos. Os últimos anos do Plano das *casas económicas* passam pela construção em maior número das casas das *classes* C e D e pela aceitação do modelo dos imóveis multifamiliares de habitações descendente da Carta de Atenas: por exemplo o Bairro do Viso, único no Porto com tal tipologia.

de candidatos que o Estado pretendia abranger. A criação das *classes* de casas com mais áreas e melhores acabamentos é a atribuição de um prémio às pessoas que o Estado Novo considerasse merecedoras¹⁵. A criação da *classe a)* foi, mais tarde, reflexo da tentativa de incluir no programa as populações com menos possibilidades do que as inicialmente previstas¹⁶.

A localização

Os problemas da localização de tão grandes projectos foram comuns, quer à iniciativa do Estado, quer à iniciativa da Câmara. No caso do Porto, o relatório de Azeredo Antas e Manuel Monterroso¹⁷, de 1934, apontava o local de demolição das ilhas como o local onde deveriam ser implantados blocos de habitação colectiva. No ano seguinte, e pensando à escala do país, o próprio Salazar justifica a selecção de terrenos periféricos¹⁸. Nesse sentido, mas anos mais tarde, advogava também o Presidente da Câmara do Porto¹⁹.

15. Baptista (1999), pp. 127-134.

16. Idem.

17. Antas, Azeredo, Monterroso, Manuel (1934), *A Salubridade Habitacional no Porto (1929-1933)*. Lisboa, Ministério do Interior, Direcção Geral de Saúde – Inspecção de Saúde do Porto.

18. “...Luta-se com uma dificuldade enorme, a dos terrenos. As vereações municipais não pensaram em conservar para si, ao abrirem-se os novos bairros citadinos, terrenos que mais tarde seriam utilizados conforme as necessidades sociais o exigissem. Daí encontramos agora em dificuldades terríveis para localizar os bairros económicos (...). Nas proximidades das cidades, terrenos próprios para os referidos bairros só podem obter-se a peso de ouro. Fica o recurso de irmos edificar mais longe. (...)” – Entrevista de Salazar ao jornal *O Século* – Boletim do INTP, Ano II, nº7, 28/2/1935:172, in Baptista, Luís V. (1999), p. 87.

19. “Há-de ser nestas zonas que mais se há-de fazer sentir a futura acção de demolir e onde será impossível reconstruir em condições urbanísticas e higiénicas regulamentares, de forma a realojar no mesmo local a população abrangida, dada a grande densidade populacional que hoje existe.

E todavia este critério de realojamento na própria zona tem a defendê-lo a necessidade de continuarem as pessoas a fazer a sua vida no meio habitual, circunstância primacial para muita gente, mas torna-se indispensável reduzir aos valores aceitáveis a ocupação do solo que hoje” in Câmara Municipal do Porto (1956), pp. 9-10.

O preço elevado dos terrenos centrais determinou a localização destes na periferia próxima da cidade onde existiam terrenos vazios, de feição rural. Desse modo, cuidava-se de responder à necessidade de áreas generosas para a implantação dos modelos de intervenção adoptados. Houve, no entanto, que atender à minimização das distâncias e à garantia de serviço de transportes públicos para, por um lado facilitar acesso a esses e, por outro, reduzir ao mínimo os encargos das famílias com as deslocações. De modo a articular estes três dados principais, a solução obrigou a que se construísse na periferia próxima, onde havia as grandes áreas a bons preços, e ainda assim se conseguiam libertar os terrenos ocupados pelas ilhas para o mercado imobiliário.

Procurando salvaguardar a integração das intervenções nas futuras expansões da cidade, os projectos dos conjuntos de habitações deveriam ser pensados e incluídos nos Planos Gerais de Urbanização²⁰, obrigatórios pelos Decreto-Lei n.º 24802, de 21 de Dezembro de 1934 e o n.º 34337, de 12 de Dezembro de 1944. No Porto, surge em 1954 – o Plano Regulador (Ante-Plano em 1951). A integração no espírito e na forma dos Planos Gerais de Urbanização garantiria que os bairros se localizassem próximos de grandes vias de acesso regional e local, se aproximassem das concentrações de indústrias e estivessem facilmente conectáveis com as redes infra-estruturais principais.

Quando se começou a construção dos bairros das *casas económicas*, o Porto ainda não tinha plano de urbanização²¹. Desse modo, foi difícil encontrar as reservas de terrenos previstas nas leis. Sem a orientação de um plano de urbanização, os bairros das *casas económicas* guiaram-se pelas directrizes gerais já referidas e adoptaram uma localização próxima das antigas estradas radiais que ligavam a cidade à região.

20. "Na elaboração das casas económicas há-de considerar-se que elas serão agrupadas por classes, formando conjuntos que podem construir manchas de apreciável valor estético nas cidades e vilas; estabeleceu-se, por isso, que os planos gerais dos agrupamentos de moradias económicas se integram harmonicamente nos planos de urbanização delineados pelas câmaras municipais ou pelo Estado." – Discurso do Ministro Duarte Pacheco, Boletim do INTP, Ano I, n.º 5, 30/1/1934: 10, in Baptista, Luís V. (1999), pp. 85-86.

21. "No Porto, só em 1944 é que foi proibida a abertura de ruas por iniciativa privada, assim como o loteamento dos terrenos marginais que por vezes a acompanhava. Até lá os traçados urbanos encontravam-se totalmente submetidos aos interesses privados." in GROSS (1982), p. 192.

Mesmo já no quadro do Plano Regulador, a necessidade de reduzir os custos na aquisição dos terrenos condicionou as escolhas. A Câmara utilizou o *zonamento* definido pelo plano para situar *grupos de moradias populares* em terrenos classificados como *unidades rurais*²² e que assim se tinham desvalorizado. Como consequência, o Plano Regulador teve de ser revisto para integrar os novos bairros, redesenhando os espaços na conformidade – surgiu o Plano Director de Auzelle²³.

Deste modo se conclui que os planos terão encarado os bairros como preexistências e não como algo a prever. Esta inversão teve consequências na unidade morfológica da cidade.

A política social e de segurança do Estado Novo tinha todo o interesse numa *dosagem equilibrada* dos grupos socioeconómicos, pelo território da cidade. O Plano Regulador, do Prof. Antão da Almeida Garrett, através do *zonamento* estabelecido²⁴, aparentemente contrariava a lei. Mas com os conceitos de *unidades de vizinhança*, *unidades de bairro*, *unidades de residência* e *unidades urbanas*, promovia o fomento da vivência em comum de todas as pessoas²⁵. Essa mistura planeada – designada por *granulometria social*, evitaria associações de pessoas com os mesmos problemas e que pudessem perturbar a ordem pública. A localização dos bairros das duas iniciativas pela cidade foi também guiada por essa directriz.

Por fim, e ainda no contexto das preocupações de integração dos bairros na cidade, os promotores previram para ambas as iniciativas a construção de equipamentos sociais no interior de cada conjunto, no sentido de evitar conflitos sociais²⁶.

22. “Na cidade do Porto existem vastas extensões rurais que não foram julgadas necessárias às expansões durante a vigência do plano regulador e que se encontram integradas em unidades residenciais. Por constituírem as reservas de futuros desenvolvimentos da cidade, consideram-se como unidades urbanas em potencial e designam-se por *unidades rurais*.” in Garrett, Antão de Almeida (1952), p. 17.

23. Matos, Maria Fátima Loureiro (2001), p. 272.

24. “que faça destrição de aproveitamento do solo para as diferentes actividades do homem” in Garrett, Antão de Almeida (1952), p. 3.

25. No entanto, contemplava excepções na percentagem na mistura de classes, quando limitava a ocupação nas *zonas* ricas e permitia um aumento do número de habitantes pobres nos locais destinados a habitação social. Ver Gros (1982), p. 208.

26. “Em todos os bairros está prevista a edificação de centros sociais ou a adaptação de casas a esse fim, onde além da assistência moral e material se estabeleçam secções culturais e até

As tipologias e as morfologias

Se houve coincidência de posições adoptadas pelo Estado e pela Câmara Municipal do Porto relativamente aos pontos-chave – investidor e localização –, a questão das tipologias lançou a discussão sobre os modelos teóricos adoptados. Duas variáveis assinalavam a divergência: as diferenças de capacidade de solvência dos destinatários de cada um dos modelos e a flexibilidade que cada promotor mostrava perante a contradição que o modelo municipal apresentava, relativamente à concepção vigente de organização económica e social do espaço urbano.

O modelo da habitação individual era a matriz, mas desde cedo o modelo de habitação colectiva foi reconhecido por ser mais económico²⁷, no entanto não era utilizado. As propostas de habitação individual foram oficialmente adoptadas pelo Estado Novo²⁸ em 1933, para o plano das *casas económicas*. O Estado Novo importou o modelo da casa individual e organizou-as no terreno segundo o modelo da *cidade-jardim*. Estes modelos foram os encontrados para formalizar as ideias do Estado sobre a família e sociedade²⁹.

recreativas que desviem da rua ou de locais inconvenientes a juventude mal preparada.” in Câmara Municipal do Porto (1966), p. 21.

Regulado pelo Estado Novo no o Decreto-Lei n.º 33278, de 1943.

27. “já nos fins do século XIX a burguesia se vê obrigada a reconhecer, por palavras veladas, que a casa individual não é talvez aplicada em todo o lado, especialmente nas grandes cidades em que o terreno é caro. Não se sublinha ainda o problema dos custos de construção, mas tem-se perfeita consciência de que o custo dos terrenos é fundamental nesta questão.” in Gros (1982), pp.101-102.

28. “o habitat social teria que ser, necessariamente, a moradia individual, como forma de conservação da ordem social e moral, como aliás se podia ler no Artº 14º da Constituição de 1933 – ‘*Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais: favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade...*’, ou ainda, no Artº 4º do DL 16005 de 22/10/1928 ‘*os bairros ou grupos de casas económicas serão por via de regra constituídos por casas isoladas para uma família.*’, baseando-se, aliás, no modelo britânico da ‘*cidade-jardim*’” in Matos, Maria Fátima Loureiro (2001), p. 274.

29. A Constituição de 1933 “proclama a sua defesa, reconhece-a como forma ‘*natural*’ de agregação dos indivíduos, como célula de base de toda a organização da sociedade, ‘*fonte de conservação e desenvolvimento da raça, base primeira da educação e da disciplina e harmonia social, fundamento de toda a ordem política*’¹⁰” – Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência, *Dez anos de política social, 1933-1943*, in GROSS (1982), p. 108.

No Porto, as experiências e os estudos de campo³⁰ que a Câmara desenvolveu desde 1917 revelaram a inadequação da solução do Estado para as populações das ilhas a realojar, tal como escreveu o vereador Dr. Sousa Machado³¹. O bloco da rua Duque de Saldanha³², em 1940, foi uma tentativa de concretizar as certezas dos estudos do Município, a qual o Estado Novo não apoiou financeiramente. Sem suporte estatal, a Câmara cedeu e aceitou o modelo da casa individual, tendo-o aplicado de seguida no bairro de Rebordões, em 1941. Posteriormente, e até à segunda fase do bairro da Rainha D.^a Leonor, em Sobreiras, em 1955, o Município experimentou soluções de casas individuais em agrupamentos de duas ou quatro.

A nível nacional, “Em 1948 assiste-se a uma viragem marcada pelo I Congresso Nacional dos Arquitectos. A partir desse momento o paradigma da cidade radiosa faz a sua aparição”³³.

A par da acção do Congresso, havia outras frentes de conflito. A formação de influência francesa dos técnicos camarários provocava conflitos com a linha anglo-saxónica dos técnicos da administração central, que acompanhavam, aprovavam e fiscalizavam os Planos Gerais de Urbanização³⁴. A discussão expressou-se significativamente no Gabinete do Plano de Urbanização da Cidade do Porto. O Professor Almeida Garrett foi um dos signatários do parecer, emitido pelo Conselho Superior das Obras Públicas³⁵,

30. Andrade, A. J. Monteiro de (1936), “Casas Económicas”, *Separata do Boletim de Higiene e Sanidade Municipais*, nº 3, 1936. O autor defende a construção de imóveis para habitação colectiva como a solução para as populações das ilhas.

31. “As moradias individuais têm um alcance social que não pode ser preenchido pelos blocos. Lembro disposições da nossa Constituição que em ordem à defesa e protecção da Família, dispõe incumbir o Estado e autarquias locais a constituição de lares independentes e em condições de salubridade. É neste pensamento que se baseia e justifica a política de construção dos bairros do Estado e desta Câmara Municipal. A construção de lares independentes corresponde ao salutar desejo de dar às famílias a base material que necessitam. Porque eu nesta Câmara tenho aconselhado a construção de blocos, pretendo esclarecer o meu pensamento: a sua construção defende-se como uma medida de emergência” – *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, 2º quadrimestre de 1948, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 629-646, citado em Machado, João Afonso, *in O Tripeiro*, Série Nova, Ano XX, pp.311-315.

32. Designado na Câmara por Bloco de Casas Económicas.

33. Lôbo, Margarida Souza (1995), p. 145.

34. *Idem*, p. 42.

35. “Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas” (pp. 21–29), emitido pela 1.ª Subsecção da sua 3.ª Secção, a 2 de Março de 1955, *in* FAUP/CDUA – Fundo Arménio Losa.

que questionava a opção dos blocos e o não cumprimento da *granulometria social* do “Plano para a Zona do Hospital Escolar” (1952)³⁶, do seu colega o Arquitecto Arménio Losa³⁷. De facto, Arménio Losa foi um dos arquitectos que mais defendeu a Carta de Atenas no Congresso³⁸. Por outro lado, Garrett defendia a moradia unifamiliar³⁹ e, com o Plano Regulador, pronto em 1951, aplicava o conceito de *granulometria social*, através das *unidades*.

Em 1954, a Câmara tem pronta uma experiência decisiva: entrega os blocos de habitações que executou para ampliação do bairro da Rainha D. Leonor, em Sobreiras. Assim, em terrenos contíguos, a edificação pôde testar as duas tipologias. Deste confronto, concluíram que com a contiguidade muito se poupava em infra-estruturação, mas referiram que pouco se ganhava com a opção bloco⁴⁰. A experiência repetiu-se com sucesso no Bairro de S. João de Deus, em 1940/44 e 1956, e os dois resultados passaram a ser regra, explicando em grande parte o encontro que este texto explora.

Para justificar as posições do Plano de Melhoramentos, o Município, além de apoiado na sua própria experiência, apoia-se em experiências internacionais⁴¹. Mas, para a concretização da solução dos blocos

36. O plano destinado a alojar “25000 Habitantes para 135ha de duas áreas residenciais. [era destinado] ao realojamento de população transferida das ilhas do Porto. Concebido à luz da Carta de Atenas, o plano nunca chegou a ser aprovado pelo poder central, nomeadamente pelas formas de residência propostas, tipo unidades de habitação e blocos.” in Mendes, Manuel (1998), “Porto – Cultura da Cidade, Paisagem Doméstica, Morfologias da Casa, 1895-1969: (continuidades, contaminações metamorfoses)”, in Barroca, Mário Jorge (Coord.) (1999), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 63-72, p. 68.

37. No Congresso, os arquitectos do Porto foram os principais adeptos das ideias de Le Corbusier. Ver Guichard, François, “Século XX”, in Ramos, Luís A. de Oliveira, Coord. (1995, 2ª Ed.), p. 584.

38. Lôbo, Margarida Souza (1995), p. 211.

39. Garrett, Almeida (1935), “Casas económicas em Portugal”, in *Brotéria*, vol. 21, fasc. 6, Dezembro de 1935 – citado em GROSS (1982), p. 121.

40. Câmara Municipal do Porto (1956), p. 13 e pp. 18-19.

41. “A solução preconizada para a execução do plano admite essencialmente a construção em altura moderada, solução que parece ter tendência para ser geralmente adoptada em quase toda a parte.

A solução de casa individual, sendo socialmente talvez a melhor, é incontestavelmente mais cara e (...), até na conservadora Inglaterra a pressão económica tem conduzido a abandonar a tradição.” in Câmara Municipal do Porto (1956), p. 16.

multifamiliares, decisivas foram as mudanças na postura estatal: o ministro Arantes e Oliveira acabou por reconhecer a especificidade do problema das ilhas, no despacho ministerial de 23 de Março de 1956 – Plano de Empreendimentos Urbanísticos da Cidade do Porto – e decidiu apoiar o Plano de Melhoramentos, conforme escreveu o Presidente da Câmara, Eng. Machado Vaz⁴².

De facto, e como mostrou Luís V. Baptista (Batista, 1999), “o custo dos bairros das casas económicas não é tão distante do dos herdados da I República, em contradição com que os dirigentes do regime pretendiam”⁴³. Assim, dias antes da publicação do decreto que aprovou o Plano de Melhoramentos, tinha saído o Decreto-Lei n.º 40552, a 12 Março de 1956, onde se admite que “As classes de casas económicas previstas (...) não permitem a atribuição dessas moradias às famílias de mais modestos recursos (...). Julga-se que com a criação duma nova classe (classe a) (...) será possível, de futuro, ir ao encontro das reais necessidades das famílias mais carenciadas”⁴⁴. Nesse sentido, o Presidente da Câmara informa que “nada virá a interferir na acção directa que o Estado continuará a desenvolver na (...) cidade”⁴⁵, isto é, na construção de mais bairros de casas económicas. Enquanto os grupos de moradias populares resolviam o problema dos parques rendimentos dos habitantes das ilhas, as casas económicas forneciam abrigo às famílias que passavam no crivo selectivo dos candidatos admitidos pelo Estado⁴⁶.

42. *Boletim Municipal* n.º 1058, 2.º quadrimestre de 1956, p.453. No seu discurso de congratulação e agradecimento pela aprovação do Decreto-Lei n.º 40616, de 28 de Maio de 1956, o Presidente da Câmara sistematiza os acontecimentos sem deixar de fazer elogios às casas económicas, mas salientando o reconhecimento estatal da inadequação desse Plano ao caso das ilhas.

43. Batista (1999), p. 112.

44. *in* Batista, 1999, p. 134.

45. *Boletim Municipal* n.º 1058, 2.º quadrimestre de 1956, p.457. O bairro do Viso data de 1965 e é composto por blocos multifamiliares.

46. O programa, que à partida se proponha contribuir para a dotação de cada família com casa própria, na verdade apresentava claras dificuldades aos chefes de família concorrentes, fazendo depender a atribuição destas da sua idade, da sua qualidade de associado no Sindicato Nacional, da sua conduta moral (que seria sempre controlada mesmo depois de atribuída casa) e, sobretudo, do rendimento do seu agregado, no sentido de se garantir o pagamento mensal das referidas prestações bem como dos seguros e despesas com a manutenção e limpeza.

Morfologias dos bairros das *casas económicas*

Os bairros das *casas económicas* são compostos por casas individuais com terreno próprio e são “uma redução do modelo dominante do alojamento burguês (...). Procurar-se-á, por conseguinte, reproduzir aí as diversas funções da casa burguesa, mas trocando a escala, a fim de se assegurar o equilíbrio económico”⁴⁷.

Os lotes associaram-se em banda e formaram quarteirões. Os quarteirões maiores foram subdivididos em outros mais pequenos definidos por arruamentos secundários interiores. A organização das casas segue uma planta ortogonal, o mesmo acontecendo como os quarteirões. Há ainda organizações que derivam de uma malha triangular, como na Azenha ou em S. Roque da Lameira. Os quarteirões apoiam-se numa ou duas ruas principais, espinha dorsal do bairro. No principal ponto de viragem ou de cruzamento das ruas principais, estabelece-se uma praça ou alargamento, onde em alguns casos se implantou um equipamento social de apoio ao bairro.

A organização da estrutura e dos elementos compositivos do bairro tenta garantir a máxima densidade possível de ocupação dentro do perímetro do terreno. No entanto, fica claro que o padrão geométrico predefinido foi rígido. O padrão era gerado pelos eixos de circulação estruturantes do bairro e esses estabeleciam as relações de circulações com a envolvente, através de uma ou duas ligações, geralmente, perpendiculares à via principal de acesso mais próxima do bairro. Esses eixos, que buscavam relações geométricas nas direcções das ruas principais próximas, geraram as direcções dos arruamentos interiores do bairro. Neste sentido, haverá integração compositiva, em planta, com o espaço próximo.

Definiram-se, numa primeira fase, dois modelos de casa conforme as *classes* de rendimentos dos futuros moradores que se pretendia atingir. Cada *classe* dividia-se em três *tipos*, de acordo com composições familiares preestabelecidas. Posteriormente, apareceram mais duas *classes* para incluir pessoas de maiores rendimentos. As dimensões, a composição e organização do espaço interno e os acabamentos das casas melhoravam consoante o rendimento das pessoas a que se destinavam.

47. Gros (1982), p. 217.

A organização das casas no espaço do bairro era estabelecida por grupos de uma mesma *classe*. As *classes* mais dispendiosas formavam novos grupos que se situavam em terrenos anexos aos do bairro, utilizados para a sua ampliação. Na verdade, logo desde a sua concepção, a organização espacial da distribuição das tipologias propostas para uma fase respeitava um *zonamento* diferenciador, definindo uma morfologia geral fraccionada por grupos. No bairro, as casas destinadas às pessoas de menor rendimento implantavam-se, na maioria dos casos, com as traseiras sobre o perímetro do terreno, ou a facear as ruas estreitas no interior dos quarteirões. Eram organizações de espaço que promoviam variações na morfologia dos bairros, reflectindo segregação socioeconómica e, por isso mesmo, respeitavam as intenções estatais de heterogeneidade social no interior de cada bairro. Mas, contrariando este princípio, os últimos bairros (Vilarinha e António Aroso), foram compostos unicamente por casas das *classes* melhores. No entanto, ao terem sido implantados em alguns dos terrenos mais pretendidos da cidade promoveram “uma hierarquização social bem marcada na estrutura urbana”⁴⁸ – houve uma mudança de escala do problema.

Morfologias dos grupos de moradias populares

Os *grupos de moradias populares* quando apareceram situaram-se nos terrenos contíguos ou muito próximos dos ocupados pelos bairros de *casas económicas*. Interessou um estudo de arquivo que procurasse nos projectos afinar as pesquisas sobre os bairros dos *grupos de moradias populares*, tentando encontrar razões mais específicas que possam contribuir para a explicação das morfologias. Com base nessa pesquisa, se fará uma descrição das morfologias dos bairros dos *grupos de moradias populares*.

Para a elaboração dos projectos e acompanhamento da construção dos bairros, a Câmara Municipal do Porto constituiu a Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, da qual faziam parte a Repartição de Construção das Casas e a Repartição de Empreendimentos Urbanís-

48. Matos, Fátima Loureiro (1994), p. 687.

ticos. A direcção dependia directamente do Presidente da Câmara, o Eng. Machado Vaz. A equipa da Direcção dos Serviços era composta por um Engenheiro Director, o Engenheiro Nascimento Nunes Júnior, dois Engenheiros Chefes de Repartição, os dois Arquitectos de 1ª classe (com vencimentos equiparados aos Chefes de Repartição) e ainda, engenheiros, arquitectos, desenhadores, administrativos, etc. Alguns dos arquitectos que assinaram os projectos foram: Luís Almeida d'Eça, que concebeu os modelos de habitações e de blocos iniciais; Miguel Reimão Pinto; Vasco Macieira Mendes; e, já na década de sessenta, o arquitecto Rui Paixão.

Os projectos eram organizados em duas pastas, as peças desenhadas e as peças escritas, separando arquitectura e urbanismo das especialidades. As peças desenhadas são compostas, geralmente, por: "Planta de localização", à escala 1:20000; "Planta da zona", à escala 1:2000; "Planta topográfica", à escala 1:500; e as plantas cortes e alçados dos blocos. Por vezes, aparecem desenhos de pormenores. As peças escritas referem-se, normalmente ao Processo de concurso e Caderno de Encargos e Medições. Prevêem um espaço para a Memória Descritiva, mas nem todos os processos acedidos as conservavam. Estes documentos têm a mesma estrutura e organizam-se do mesmo modo. Os processos seguem um mesmo modelo.

Os projectos dos Centros Sociais, na sua maioria, organizam-se em peças desenhadas (arquitectura e especialidades) numa única pasta e surgem numa data posterior à do bairro onde se implantariam. O edifício segue uma norma referente a um programa tipo, com posterior reflexo numa morfologia arquitectónica constante.

Os edifícios foram estudados em abstracto para serem uma solução equilibrada entre quantidade mínima de espaço, quantidade mínima de gastos e garantia de condições regulamentares de higiene e salubridade. Por outro lado, a Câmara assegurava que "A composição interior da planta das casas foi concebida tendo em conta os hábitos de vida das populações a realojar"⁴⁹.

Criaram-se modelos de habitação e modelos de associação de habitações em edifícios multifamiliares. São três os tipos de edifício – bloco: o tipo A, em galeria, orientado Nascente-Poente, com r/c com

49 . Câmara Municipal do Porto (1966), p.18.

acesso directo ao exterior; o tipo B, orientado Norte-Sul, com acesso vertical a duas habitações por piso; o tipo C, “de partido arquitectónico estudado recentemente”⁵⁰, tem acesso vertical e 3 entradas por piso. Todos os acessos verticais são feitos por escadas e os blocos têm entre 3 a 5 pisos.

O preestabelecimento de modelos a implantar rentabilizou tempos de execução de projecto, mas também de obra, no sentido de se ganhar com a experiência adquirida na construção e na fiscalização. As próprias peças gráficas dos projectos, como por exemplo do bairro Pio XII⁵¹, “Esclarece-se que os acabamentos e, na generalidade, todos os pormenores são os do tipo do empregados no Bairro de S. João de Deus”. O caso apresentado é um dos que demonstra o aproveitamento feito pela Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos das experiências anteriores, utilizando-as numa lógica de standardização. Na verdade, o Bairro Pio XII ainda é feito sob o carimbo da Direcção dos Serviços de Obras e Urbanização, Serviço de Obras Municipais e Habitações Populares, com data de Junho 1956, pelo arquitecto Almeida d’Eça e com o deferimento do engenheiro chefe que também transitará, com as mesmas funções, para a Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos.

O curto tempo disponível para a execução das obras foi também preocupação determinante no sucesso do plano. Por exemplo, para o bairro do Carvalhido⁵², previram cerca de um ano e meio para construir 264 fogos, em 14 blocos. No entanto, no caso do bairro da Pasteleira⁵³, o maior empreendimento até à data e o mais ambicioso, na medida em que serviu de pretexto para se intervir na urbanização global da área, o contrato previa a obra pronta em 730 dias. O cuidado com o cumprimento dos prazos estabeleceu penalizações presentes nos cadernos de encargos e nos processos para concurso, para os eventuais atrasos dos empreiteiros.

50. Idem, p. 17.

51. *in* “Memória Descritiva” (p. 3) presente no processo “Grupo de Moradias Populares de Pio XII – Blocos de Moradias – Peças Escritas – Projecto” (1958; cota do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto [AGCMP] – DMESG-2311).

52. “Plano de execução da empreitada do Grupo de Moradias Populares do Carvalhido” (1958; cota do AGCMP – DMESG-822).

53. “G. M. Populares da Pasteleira (construção terraplenagens e urbanização), programa do concurso e condições gerais” (1957; cota do AGCMP – DMESG-2948).

Sobre a localização dos bairros, no território da periferia da área urbanizada da cidade, duas opções se colocaram: implantar para urbanizar áreas livres da cidade, ou implantar contigualmente para colaborar na extensão de áreas já em parte urbanizadas.

Tal como na Pasteleira, a implantação de um bairro em Aldoar foi pretexto para intervenções conducentes à urbanização da envolvente⁵⁴. Os bairros são utilizados como pretexto de uma contribuição para a urbanização de terrenos vazios da cidade, esperando-se que pudessem regrear o espaço existente no contexto de futuras construções.

A opção de implantar os bairros contigualmente a áreas urbanizadas permitiu reduzir os custos da operação. Aliás, a segurança dessa opção assentava na experiência do bairro da Rainha D.^a Leonor, já apresentada, e ficou justificada em algumas “Memórias descritivas e justificativas”, por exemplo as dos bairros de Roque da Lameira (1960)⁵⁵ e

54. “A excessiva concentração demográfica na parte central da cidade, evidenciada em face dos últimos inquéritos, levou a Câmara Municipal do Porto a considerar no seu plano geral de urbanização zonas de expansão, actualmente pouco povoadas, que poderão receber os excedentes de tal população quando desalojada por motivos de melhoramentos ou de salubridade. A zona de Aldoar (...), dadas as características que oferece, foi objecto de plano parcial de urbanização, já estudado, com a finalidade acima descrita, ficando compreendida entre a rua da Fonte da Moura, Avenidas do Dr. Antunes Guimarães, ruas da Vilarinha e de António Aroso, Estrada da Circunvalação e rua do Lidador.

Uma das malhas será ocupada com o agrupamento de moradias populares a que se refere o projecto agora apresentado.

Vai ficar situado este aglomerado em zona de feição rural, mas na vizinhança de núcleos urbanos em pleno desenvolvimento e próximo do bairro de Casas Económicas do Estado, destinando também dos blocos das Caixas de Previdência e do Grémio dos Armazenistas de Merceria, separados apenas pelas ruas da Fonte de Moura e Avenida do Dr. Antunes Guimarães. (...)

Nas imediações, embora dispersas, são numerosas as habitações improvisadas e desordenadamente dispostas, muitas delas sem requisitos mínimos. É por isso bem cabida a presença aqui das moradias previstas. A sua construção permite ainda o aproveitamento de terrenos já pertencentes ao Município e a existência do novo bairro da Pasteleira, bastante distante. (...)” *in* “Memória descritiva e justificativa” constante no processo “Grupo de moradias populares da Fonte da Moura – projecto de construção – peças escritas” (1960; cota do AGCMP – DMESG-2805).

55. “A canalização para drenagem deste bairro, a sul da linha férrea, (...) será disposta de modo a permitir ligação ao longo das ruas do Buçaco e da Senhora de Campanhã, sendo esta por intermédio da rua da Arada.

As águas pluviais do grupo situado a norte da linha férrea serão conduzidas para a rua de Ave-lino Ribeiro, para o aqueduto ali existente.” *in* “Memória Descritiva” (p. 6) do processo “Grupo

da Fonte da Moura⁵⁶. Aproveitando os grandes trajectos infra-estruturais e criando ramais a partir desses, evitavam-se gastos dispensáveis e contribuía-se para a infra-estruturação da cidade. Inclusive a instalação de depósitos de água, por parte do Serviço Municipal de Águas e Saneamentos, para abastecimento das áreas nas quais se reforçou a urbanização, foi programada nos bairros do Carriçal e do Cerco do Porto.

Em qualquer das duas situações descritas, ou a promover a urbanização de uma área da cidade, ou estendendo áreas urbanizadas, a rede de circulações foi o elemento que estabeleceu a alguma relação com as envolventes preexistentes.

Detectaram-se cinco tipos redes de circulações: em grandes terrenos livres, os bairros serviram como catalisadores do processo de urbanização próximo, como na Pasteleira, na Fonte da Moura ou no Cerco do Porto – definiu-se uma rua pelo perímetro do terreno e algumas entradas *cul-de-sac*; em porções de um quarteirão, como nos casos da Agra do Amial e de Fernão de Magalhães – a rua do perímetro ficou definida pelas ruas que já limitavam o quarteirão; em porções de dois ou mais quarteirões contíguos, como nos caso do Bom Sucesso, Carvalhido e do Carriçal – as ruas definidoras do perímetro dos terrenos eram comuns aos quarteirões; no interior de quarteirão, como no bairro Pio XII – desenhou-se uma entrada *cul-de-sac*; no aproveitamento de terrenos junto de grandes vias de comunicação, como no caso do Regado e do Outeiro – definiu-se uma rua estruturante pelo meio do terreno, no primeiro bairro e, no segundo bairro, estabeleceu-se uma rua no perímetro do terreno da primeira fase onde se anexou a ampliação do bairro; dois casos conjugaram alguns dos outros tipos – os bairros de S. Roque e de Campinas.

Outro factor igualmente importante para a decisão da localização dos bairros foi a *granulometria social* exigida no Plano Regulador e referido nas memórias dos primeiros bairros do Plano, por exemplo,

de Moradias Populares de São Roque da Lameira – Projecto das Construções 2^a. Fase” (1960; cota do AGCMP – DMESG-1220).

56. “O saneamento deste grupo de moradias ficará assegurado, na sua maior parte, com ligação ao colector da rua da Fonte da Moura.” *in* “Memória descritiva e justificativa” constante no processo “Grupo de moradias populares da Fonte da Moura – projecto de construção – peças escritas” (1960; cota do AGCMP – DMESG-2805).

bairro Pio XII⁵⁷, bairro de S. Roque da Lameira⁵⁸. Cada conjunto de bairros, na prática aproximou-se do conceito das *unidades de vizinhança*, utilizado pelo Plano Regulador.

Apesar de implantados na periferia da área urbanizada, havia algum cuidado em que a implantação garantisse facilidade de acesso⁵⁹. No entanto, são muitos os relatos em várias fontes, citadas por vários autores, que atestam a grande distância dos bairros à cidade urbanizada. Em outro relato de uma fonte da administração central, pode-se ler o reconhecimento do facto. Na resposta a um pedido do presidente da câmara, datada de 15 de Setembro de 1956, a delegada distrital do Instituto de Assistência à Família pronuncia-se dizendo como devem ser e funcionar os Centros Sociais. Nesta carta, revela-se a percepção e, na verdade, a realidade da distância desses bairros ao centro cívico da cidade quando se referem ao transporte das trabalhadoras para os centros sociais⁶⁰.

A procura de garantir boas acessibilidades e bons transportes não resolvia nem tirava peso ao problema do desenraizamento que se

57. "Vai este aglomerado destinado às classes menos favorecidas situar-se na vizinhança do Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral, ocupando o interior do quarteirão limitado pelas Ruas de Belem, de Nau Vitória, da Nau S. Gabriel e de S.º António de Contumil, arruamentos onde já existe número apreciável de moradias da classe média e onde se projecta edificar com idêntica finalidade nas faixas que lhe estão destinadas. Deste modo se atingirá a desejada granulometria de população neste sector da cidade." *in* "Memória descritiva e justificativa" (p. 1) do processo "Grupo de Moradias Populares de Pio XII – Blocos de Moradias – Peças Escritas – Projecto" (1958; cota do AGCMP – DMESG-2311).

58. "Ficará situado junto do Bairro das Casas Económicas de S. Roque da Lameira e muito próximo do Bairro do Ilhéu, da mesma natureza do antecedente. Desta contiguidade resultará desejável doseamento de população com benefícios de carácter social correspondente." *in* "Memória descritiva e justificativa" (p. 1), relativa à primeira fase do Bairro de S. Roque, pertencente ao documento "G.M. Populares S. Roque da Lameira projecto de construção" (1959; cota do AGCMP – DMESG-2396).

59. "A proximidade da estação de Contumil da caminho de ferro e da Rua de S. Roque da Lameira, percorrida pelos carros de tracção eléctrica do Serviço de transportes colectivos, oferece excepcionais facilidades de transporte" *in* "Memória descritiva e justificativa" (p. 1), relativa à primeira fase do Bairro de S. Roque, pertencente ao documento "G.M. Populares S. Roque da Lameira projecto de construção" (1959; cota do AGCMP – DMESG-2396).

60. "f) – Transporte – O pessoal do Centro é levado diariamente e trazido dos Bairros numa 'canadiana' da Câmara Municipal que, para o efeito, vai buscar e levar as 'trabalhadoras sociais' aos locais onde se juntam por grupos, para que a deslocação para esse serviços (todos os bairros são distantes) lhes não fiquem tão dispendiosa", *in* "Centro Social do Grupo de Moradias Populares do Carvalhido" (1958; cota do AGCMP – DMESG-554).

operou sobre os antigos moradores de ilhas. Sobretudo, incrementaria os custos da renda da nova habitação que os futuros moradores teriam de suportar.

Partindo para uma escala mais fina, far-se-á uma análise aos bairros, verificando que o factor económico foi o denominador comum em todo o processo.

Propõe-se a seguinte leitura: estabelecidas as ligações entre ruas e infra-estruturas, definiam-se, em geral, um ou dois perímetros e nos interiores implantavam-se os blocos. “Conforme a orientação do terreno, assim foi escolhida a modalidade de edifícios entre as duas já conhecidas soluções este-oeste e norte-sul”⁶¹. No entanto, evidentemente que o cumprimento dos regulamentos legais, nomeadamente o Regulamento Geral de Edificações Urbanas, será outro factor condicionante das opções de implantação dos edifícios. Outra das direcções legais derivava do despacho do Ministro da Obras Públicas, de 23 de Março de 1956, que obrigava as densidades habitacionais em novas áreas a urbanizar a situarem-se entre os 300 e os 600 habitantes por hectare. De facto, a densidade média conseguida pelos empreendimentos do Plano de Melhoramentos foi de aproximadamente 400 habitantes por hectare⁶².

O contacto do edifício-modelo, paralelepípedo, com os terrenos de topografia variável, poderia ter sido um aspecto relevante para o aumento dos custos das empreitadas. De facto, da observação das peças gráficas dos processos, bem como da produção gráfica de divulgação do Plano⁶³, verifica-se uma deficiência, muitas vezes ausência, de representação das altimetrias dos terrenos. É comum, nos processos⁶⁴, estar repre-

61. “Memória Descritiva” (p. 2), do processo “Grupo de Moradias Populares de São Roque da Lameira – Projecto das Construções 2ª. Fase” (1960; cota do AGCMP – DMESG-1220).

62. Câmara Municipal do Porto (1966), p.13.

63. Câmara Municipal do Porto (1966), *Plano de Melhoramentos 1956-1966*, Porto, Direcção dos serviços do Plano de Melhoramentos, Câmara Municipal do Porto, Câmara Municipal do Porto (1956), *Plano de Salubridade das “Ilhas” do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Porto e Câmara Municipal do Porto (1960), *O Problema da Extinção das “Ilhas” do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos.

64. Por exemplo: “Planta topográfica”, à escala 1:500, do processo “G.M. Populares do Carvalhido – Edifícios Residenciais, projecto das construções, 2º Vol” (1957; cota do AGCMP – DMESG-2182) e “Grupo de Moradias Populares da Pasteleira – Edifícios residenciais – Projecto das construções: solução normal” (1963; cota do AGCMP – DMESG-550).

sentada uma simples sobreposição dos rectângulos (indicadores das volumetrias) às curvas de nível. Estas expressões são reveladoras da dissociação entre os edifícios e o terreno, resultado das apertadas directrizes económicas que levaram ao estabelecimento de regras.

Encontram-se as referidas regras expressas, por exemplo, no projecto relativo à segunda fase de S. Roque da Lameira⁶⁵. A diferença máxima de cotas de soleira entre os 6 edifícios ficou estabelecida em 2,5m, ou seja, um piso que, na extensão de terreno destinado à implantação, será equivalente a uma pendente muito suave. Esta foi a norma seguida na relação de cada edifício com o solo. De facto, procurou-se, sempre que os preços dos terrenos o permitiam, que os terrenos fossem praticamente planos de modo a que os trabalhos da arquitectura para resolver a relação do edifício com a superfície do solo se reduzissem e, assim, se diminuíssem gastos. E, “Em virtude das soleiras (...) ficarem todas no mesmo plano em cada bloco e porque não se pretende que os edifícios sejam implantados em patamares, há necessidade de criar envasamento”⁶⁶, resolvendo a pendente suave. Os poucos equipamentos comerciais solucionaram o “pavimento térreo dos edifícios habitacionais, em dependências resultantes de acidentes do terreno, impróprias para a habitação”⁶⁷.

Quando o terreno apresentava pendentes acentuadas e não se podia estabelecer uma plataforma comum para assentamento dos embasamentos, surgiam soluções como na Pasteleira, com o “edifício n.º 16 que, devido à sua extensão e ao declive do terreno, se desenvolveu em três patamares, fraccionando-se em outros tantos corpos ligados por escadas exteriores comuns”⁶⁸. Na 1.ª fase de S. Roque, recorreu-se a patamares, no sentido de manter de nível as cotas de soleira em cada bloco, como anteriormente referido. Determinava-se que os patamares fossem modelados dentro dos constrangimentos requeridos para as terraplanagens. Estas deveriam ser “Projectadas com a preocupação habitual de

65. “Condições especiais” do processo “Grupo de Moradias Populares de São Roque da Lameira – Projecto das Construções 2.ª Fase” (1960; cota do AGCMP – DMESG-1220).

66. Idem, p. 2.

67. Câmara Municipal do Porto (1966), p. 22.

68. “Memória descritiva e justificativa” constante no processo “Grupo de moradias populares da Pasteleira – Edifícios Residenciais – peças escritas” (1957; cota do AGCMP – DMESG-549).

redução do movimento de terras ao mínimo, pelo que, dentro do possível, se procurou que os arruamentos e veredas acompanhem o terreno natural, tendo havido o mesmo cuidado na implantação dos edifícios⁶⁹. E ainda, “Nas terraplanagens incluíram-se as necessárias para o desfogo das zonas situadas entre edifícios, limitadas no entanto ao indispensável”⁷⁰, criando assim outros patamares. A modelação do terreno entre edifícios efectuou-se também seguindo a referida lógica.

A solução de terraplenar com acerto garantia a maior economia. Para demonstrar podem-se ler os desenhos pertencentes ao processo relativo ao bairro Pio XII⁷¹ e que ilustram, em planta e em corte, que grande parte do terreno simplesmente é movido, pouca terra era retirada do local.

Como se procurou ilustrar, a relação do bloco com o terreno era resolvida seguindo uma das duas soluções apresentadas. No fundo, havia um compromisso que equilibrasse a máxima densidade com o menor custo na modelação do terreno e, assim, se contribuía para a definição de qual o modelo de bloco a implantar e se estabelecia como se relacionariam espacialmente uns blocos com os outros, cruzando tudo com as normativas legais da construção.

Pode pensar-se numa construção do terreno como um tabuleiro bidimensional, ou fragmentado em patamares, onde se procuram dispor o máximo de volumes paralelepípedicos predefinidos (incluindo o próprio patamar ditado pela base de nível), respeitando as normas do jogo da economia, da densidade habitacional, da facilidade oferecida pelo terreno para eventuais terraplanagens e as normas do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, dentro dos limites do terreno disponível.

69. “Memória descritiva e justificativa” (p. 6), relativa à primeira fase do Bairro de S. Roque, pertencente ao documento “G.M. Populares S. Roque da Lameira projecto de construção” (1959; cota do AGCMP – DMESG-2396).

70. Idem.

71. “Grupo de Moradias Populares de Pio XII – Blocos de Moradias peças Desenhadas – Projecto” (1956; cota do AGCMP – DMESG-2470). É um processo muito completo, contém para além da arquitectura a parte de betão e movimentação de terras. No desenho “*Planta topográfica – Localização dos perfis*” vê-se uma sobreposição dos blocos às curvas de nível do terreno existente, que é muito irregular. No documento “*Planta topográfica – Movimentação de terras*” podem ler-se a vermelho e amarelo os aterros e desaterros, respectivamente. Os perfis dessas movimentações de terreno aparecem desenhados em “*Urbanização – Perfis longitu.*” e “*Urbanização – Veredas*”.

Há registos gráficos de estudos anteriores aos projectos que se debruçam sobre os edifícios a projectar, como por exemplo na ampliação da Fonte da Moura, ou de Outeiro, ou do Regado. No caso do Carvalho⁷² e de Pio XII⁷³, encontraram-se desenhos que desvendam uma intenção de rigor geométrico nos paralelismos e perpendicularidades, encarando a organização dos blocos no terreno como uma malha ortogonal rígida imposta ao terreno, um padrão, à semelhança da atitude tida pelo Estado nos bairros das *casas económicas*. No entanto, esse purismo abstracto não foi conseguido na construção, por duas razões. Em primeiro lugar, pelo que acima foi apresentado, relativamente à adequação dos critérios gerais de desenho de um bairro ao terreno concreto destinado a cada deles. Depois, porque a escassez de verbas tornou os naturais imponderáveis de obra determinantes na redefinição de estratégias de reimplantação dos edifícios.

Da segunda razão, é exemplificativo o relatório que apresenta o sucedido durante a primeira fase do Bairro de S. Roque da Lameira. O documento relata e explica a necessidade de se proceder a alterações no tipo de fundações previstas para os edifícios n.ºs 3, 4 e 5, dos cinco projectados, por causa das condições geológicas encontradas aquando da abertura das valas e dos poços para as fundações. Por desacertos contratuais com o empreiteiro, o facto obrigou, pelo menos para o “edifício 3”, à “reimplantação, pois a primitiva se tinha perdido”⁷⁴.

Apesar das primeiras directrizes que condicionam as opções morfológicas e tipológicas serem económicas, operacionais, funcionais e sociais, registaram-se algumas excepções em que existem referências a outras razões, as de ordem conceptual. O questionamento de algumas das opções morfológicas começou a surgir no início dos anos sessenta. Os projectos têm a assinatura do arquitecto Rui Paixão, do qual até essas datas não se encontrou presença como arquitecto em outro empreendimento⁷⁵.

72. “Bairro de casas económicas da Prelada [19—]” (cota D – CDT / A3 – 496 (1) e (2) do Arquivo Histórico Câmara Municipal do Porto).

73. “Estudo para o Bairro Pio XII – 1956” (cota D – CDT / A3 – 516 (1), (2) e (3) do Arquivo Histórico Câmara Municipal do Porto).

74. “Relatório sobre os trabalhos de fundações dos edifícios em construção no Bairro de S. Roque da Lameira – 1.ª fase” (1960; cota do AGCMP – DMESG-2096).

75. Encontra-se a assinatura de Rui Paixão, como desenhador, no Bairro da Pasteleira, em Novem-

Os novos caminhos tomam forma em alguns bairros. Por exemplo, na ampliação do Bairro da Fonte da Moura, apresenta-se o “edifício 28”, variante do modelo norte-sul, com 42 fogos, a implantar no extremo de um conjunto de dois terrenos, contíguos e com desenvolvimento longitudinal à face da rua, em posição simétrica relativa a um conjunto de três edifícios de uma anterior fase da intervenção do Serviço do Plano de Melhoramentos. “É um edifício contínuo o projectado agrupando moradias; apresenta três corpos convenientemente adaptados ao terreno. Terá apenas três pavimentos, rés-do-chão e dois andares, menos dois que os edifícios que envolvem as construções a efectuar, no intuito de se obter degradação de volumes até atingir a edificação destinada ao Centro de Cultura e Trabalho com o rés-do-chão e, parcialmente, um andar. Tal contraste evitará a monotonia resultante de massas edificadas com a mesma altura. Por outro lado a configuração em planta e em alçado condicionada pelo local, com o seu movimento, contrariará o aspecto oferecido pelo excessivo desenvolvimento da fachada do edifício em causa destinado a moradias, como se disse”⁷⁶. E ainda, ao implantar-se segundo estas opções, o edifício posicionou-se com o mesmo sentido da via e não perpendicularmente a esta, contrariando a lógica dos três edifícios anteriores. A mesma opção foi tomada na segunda fase do bairro do Outeiro, quando se construíram quatro edifícios solidários e à face da prevista Via de Cintura Interna.

A ideia da “*degradação dos volumes*” aparece referenciada já desde a primeira fase da Fonte da Moura. “Os edifícios tem quatro ou cinco pavimentos, devido ao relevo do terreno nuns casos, noutros, como se está a fazer em realizações em curso, para quebrar a monotonia que poderia resultar de certa rigidez da implantação do conjunto”⁷⁷.

Outra novidade concretiza-se numa nova tipologia de organização dos fogos por piso dentro do imóvel – trata-se do “edifício L” projectado em co-autoria do arquitecto Vasco Macieira Mendes, para a

bro de 1957 in “ Grupo de Moradias Populares da Pasteleira – Edifícios residenciais – Projecto das construções: solução normal” (1957; cota do AGCMP – DMESG-550).

76. “Memória descritiva e justificativa” (pp. 1-2) constante no processo “Grupo de moradias populares da Fonte da Moura” – Ampliação” (1962; cota do AGCMP – DMESG-2802).

77. “Memória descritiva e justificativa” constante no processo “Grupo de moradias populares da Fonte da Moura” – projecto de construção – peças escritas” (1960; cota do AGCMP – DMESG-2805).

segunda fase do bairro do Outeiro⁷⁸. O edifício é um novo modelo, aprovado e executado, com quatro entradas por piso e com cinco pisos. As habitações são uma adaptação da tipologia utilizada no modelo Norte-Sul, à nova situação da entrada. Pretendia-se destacar o edifício dos que faceavam a futura Via de Cintura Interna, sem diminuir a densidade de ocupação expectável e resolvendo a falta de ascensor “com escadas suaves e os patamares extensos”⁷⁹. Com esta proposta, testava-se uma hipótese de solução para o problema social, “que tem sido apontado”⁸⁰, do acesso aberto e/ou em galeria, sem aumento de custos por habitação.

Na verdade, a procura de alguma relação com a envolvente próxima aconteceu noutros casos, de modos mais ou menos marcantes e do quais se apresentam dois exemplos.

Utilizando a *degradação dos volumes*, a envolvente, a estrada a Poente e o bairro do Amial a Norte e a Nascente, justificou-se o aditamento ao projecto do Regado, no qual se propunha a alteração das volumetrias de 5 pisos para 4 pisos (à excepção de três blocos que faceiam a Via Norte)⁸¹.

No projecto para Fonte da Moura, 1960, por exemplo, importou o relacionamento com o enquadramento vegetal⁸².

78. “Grupo de Moradias Populares do Outeiro: 2.ª fase – projecto de construção” (1960; cota do AGCMP – DMESG-1049).

79. Idem.

80. Ibidem.

81. “Já depois de concluído o projecto deste bairro julgou-se conveniente que a maioria dos edifícios que o compõem não ultrapassasse os quatro pavimentos. Excluíram-se apenas aqueles que pela sua configuração e sobretudo pelo local onde se encontram, não devam ser reduzidos e por outro lado satisfaçam a exigência de determinados volumes construtivos requerida pelas vias confinantes. É o caso dos edifícios 8, 11, e 12 que marginam a Via Norte e a sua penetração na cidade a efectuar-se, cuja altura inicial será mantida” in “Memória descritiva e justificativa” existente no processo “Grupo de Moradias Populares do Regado” (1961; cota do AGCMP – DMESG-2338).

82. “A contornar em grande parte o local a ocupar com as edificações aqui projectadas existem dois vastos maciços de arvoredos que de certo modo limitarão este novo núcleo habitacional a constituir, permitindo-lhe desejado recato, seja em relação ao existente – terrenos de cultura – seja de permitir a interposição de cortinas de vegetação de grande porte uma vez completado a urbanização da periferia.” in “Memória descritiva e justificativa” existente no processo “Grupo de moradias populares da Fonte da Moura – projecto de construção – peças escritas” (1960; cota do AGCMP – DMESG-2805).

No Cerco do Porto, a envolvente arborizada foi também elemento de projecto, que quando eliminado involuntariamente, disponibilizou terrenos para a ampliação do bairro⁸³.

Conclusões

Os critérios apresentados de relação das formas do próprio bairro de *moradias populares* com as morfologias circundantes, nomeadamente a integração e/ou prolongamento das vias de acesso principais, a *degradação de volumes* e a vegetação, são de pouca importância para a construção de uma imagem geral percebida de continuidades. No entanto, significam, juntamente com as acções de urbanização da Pasteleira, da Fonte da Moura e do Cerco do Porto, que houve alguma atenção sobretudo direccionada para aspectos de continuidade de urbanização. O cuidado não foi suficiente para permitir uma leitura de continuidade de espaços e de formas, no território construído mais amplo. A urgência do pragmatismo económico ditou os modelos bem como os tempos de execução dos empreendimentos e também condicionou demasiado as intervenções e possíveis continuidades. Os blocos rígidos e pouco variados, a procura de atingir a densidade populacional definida, o perímetro e a morfologia dos terrenos não deixavam muita

83. "Ao concluir-se o projecto do bairro do Cerco do Porto estavam ainda atrasadas as expropriações dos terrenos necessários devido às dificuldades conhecidas (...).

Junto dos edifícios ali construídos, a Sul, existia um frondoso pinhal que, na localização do novo agrupamento de moradias, se procurou conservar como zona verde, logradouro e pulmão do vasto núcleo populacional a construir.

Porém, no intervalo decorrido entre a aprovação do projecto pelo Ministério das Obras Públicas e os preparativos para a construção deste aglomerado, antecipou-se à expropriação respectiva, o proprietário da parcela de terreno que abrangia o referido pinhal cortou a totalidade do arvoredo, fiando sem significado a zona a reservar com a finalidade atrás expressa.

Encarou-se por isso a ampliação do bairro com o número de edifícios que o terreno comportasse, implantando o grupo escolar previsto(...) e destinando-se local para um reservatório de água dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamentos (...), destinando-se ao abastecimento desta zona da cidade agora a urbanizar-se" in "Memória descritiva e justificativa" no documento "Grupo de moradias populares do Cerco do Porto – Ampliação – peças escritas" (1961; cota do AGCMP – DMESG-3081).

margem à plasticidade conceptual, de modo que se pudesse procurar relações de continuidade significativas com as preexistências, nomeadamente com os bairros das *casas económicas*.

A colagem dos bairros dos *grupos de moradias populares* aos bairros *das casas económicas* foi essencialmente de circunstância. Conveio aproveitar infra-estruturação, colaborar para a densificação da mancha construída, equilibrar as densidades relativas de cada grupo económico e social e aproveitar terrenos a preços mais vantajosos ou de preferência já do Município.

As continuidades ou integrações foram procuradas ao nível do traçado das circulações estruturantes. Os bairros dos *grupos de moradias populares*, quando contíguos aos bairros do Estado Novo, na generalidade, mantiveram as direcções estruturantes destes últimos, mas procuraram mais ligações físicas com as ruas da envolvente.

De um ponto de vista meramente abstracto, com as convicções teóricas da Carta de Atenas e/ou da cidade-jardim, há razões geométricas e dimensionais a montante que condicionam a morfologia dos conjuntos. São razões ligadas ao próprio modelo teórico, à decisão entre casa individual ou bloco colectivo e aos constrangimentos que a prática impõe às suas formalizações físicas. No Porto, as *casas económicas* implantaram-se em grupo segundo uma geometria organizativa de eixos principais e uma malha ortogonal mais fina, sempre com o objectivo de o padrão para o dito terreno poder receber o maior número de casas possível. O que se implantou foram bairros, cada um deles entendido como um padrão. No caso dos bairros do Plano de Melhoramentos, o que estava em jogo eram tabuleiros nos quais se implantavam blocos, mais ou menos compridos, de modo a que, e neste aspecto tal com nas *casas económicas*, num mesmo terreno coubesse o maior número de blocos possível até a densidade estabelecida. Ao contrário dos bairros das *casas económicas*, os blocos não eram o módulo, mas sim o padrão de organização do módulo-casa. Implantaram-se vários padrões em cada bairro, sem que o próprio bairro se definisse como um padrão geometricamente rígido. Dadas as dimensões relativas entre a casa e o bloco, a proporção casa/terreno garante muito mais possibilidades de combinações de base ortogonal, do que a proporção bloco/terreno, mesmo que numa estrutura organizativa qualquer. Acresça-se o facto de cada bloco, com base grande e plana, ter uma relação mais conflituosa com a pendente dos

terrenos do que as bases reduzidas de cada casa individual por si só. Por outro lado, a grande dimensão dos blocos tinha as normas do REGEU mais condicionantes do que no caso das casas económicas, na regulação das relações entre os blocos. Para além disso, os blocos têm quatro faces com aberturas e isso limitou, pelo menos numa primeira fase, as soluções de encosto ou cunhal.

Cruzando as questões geométricas do módulo e do padrão com as condicionantes socioeconómicas propõe-se a seguinte leitura: a variedade do módulo-casa no bairro de *casas económicas* agrupadas de acordo com as diferentes *classes* e diferentes *tipos* provocou conjuntos de volumetrias diferentes, distribuídas pelos melhores lugares no bairro de acordo com os maiores rendimentos. O padrão formado fixou o reflexo da segregação social decorrente dos princípios e da aplicação do próprio Plano dos Bairros das Casas Económicas. Por outro lado, o padrão-bloco e o bairro do *grupo de moradias populares* transmitem a leitura de uma homogeneidade socioeconómica. O padrão-bloco plurifamiliar destinava-se unicamente a antigos moradores de ilhas e, assim, as diferentes tipologias de módulo-habitação apenas marcavam as diferentes constituições dos agregados familiares dentro de cada padrão-bloco.

O facto de as acções serem planeadas indica que procederam de ordem racional e preestabelecida. Falta questionar se o modelo se integrou ou como se integrou morfológicamente na cidade existente.

A casa de ilha, de dimensão muito reduzida, surge da estrutura geométrica da cidade respeitando a ordem geométrica presente. Por isso, não necessitou de áreas grandes para se implantarem conjuntos, antes cresciam, à medida das possibilidades dos investidores, desenvolvendo-se segundo um padrão de crescimento ortogonal ditado pelos constrangimentos geométricos e dimensionais da morfologia dos logradouros da cidade oitocentista, onde se localizava a burguesia de baixos rendimentos. O modelo provou ser viável e mesmo quando se faziam ilhas em terrenos, mais ou menos livres, se utilizava o mesmo padrão.

Pelo contrário, os bairros planeados dos promotores públicos implantavam-se já crescidos, impondo assim novas ordens a espaços da cidade. E sempre que havia lugar para ampliações, extensões, estas seguiam a ordem preestabelecida para o modelo, uma ordem que só necessitava de terreno livre para se expandir. Cada um dos dois promo-

tores públicos utilizou modelos diferentes. Assim, impuseram-se à cidade duas ordens diferentes. Pela discrepância temporal e de concepção, foi impossível preestabelecer coordenações de integração das regras próprias dos seus modelos, no sentido de procurar continuidade. Por outro lado, e como já referido, a diferença entre os constrangimentos geométricos e dimensionais dos dois modelos públicos, contribuiu muito para a não efectivação de continuidades.

Os encontros que se deram entre os diferentes bairros foram de interesse económico mais do que interesse morfológico. O encontro dessas ordens com a cidade existente, ou melhor dizendo, o crescimento da cidade até encontrar estes bairros provocou fronteiras geradoras de espaços. O encontro poderá ter uma leitura semelhante a uma ruptura na morfologia urbana. De facto, houve uma ruptura, uma ruptura de modelos revelada pela temporalidade.

Bibliografia

- BAPTISTA, Luís V. (1999), *Cidade e Habitação Social*, Oeiras, Celta.
- Câmara Municipal do Porto (1956), *Boletim Municipal* nº 1058, 2º quadrimestre de 1956, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 451-460.
- Câmara Municipal do Porto (1956), *Plano de Salubridade das "Ilhas" do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- Câmara Municipal do Porto (1966), *Plano de Melhoramentos 1956-1966*, Porto, Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- Câmara Municipal do Porto (1960), *O Problema da Extinção das "Ilhas" do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos.
- Pelouro de Habitação, Acção Social e Protecção Civil da Câmara Municipal do Porto (1999), *Habitação Social no Porto*, coord. José António Ferreira, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- FERREIRA, José António, FERREIRA, Leonor Vasconcelos e PIMENTA, Manuel (2001), "O Problema da Habitação", in *Porto de encontro, Revista da Câmara Municipal do Porto*, nº 34 – Edição Especial 2001, Porto, CMP, pp. 77-79.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2005), *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, (1ª ed, 2002), Porto, FAUPpublicações.
- FERREIRA, Maria Júlia (1994), "O Bairro Social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa", in *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.º). Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 697-709.
- GARRETT, Antão de Almeida (1948), *A urbanização e a construção económica – Contribuição para o estudo do problema*, Tese apresentada ao 2º Congresso Nacional de Engenharia [IMPRESSÃO PROVISÓRIA], Porto, Tipografia Invicta.

- GARRETT, Antão de Almeida (1952), "Plano Regulador da Cidade do Porto", in separata da revista *Cívitas*, vol. VIII, n.º 2 – 1952, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- GROS, Marielle Christine (1982), *O alojamento Social sob o Fascismo*, Porto, Edições Afrontamento.
- GUICHARD, François, "Século XX", in RAMOS, Luís A. de Oliveira, Coord. (1995, 2ª Ed.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora.
- LÔBO, Margarida Souza (1995), *Planos de Urbanização – A Época de Duarte Pacheco*, Porto, DGOTDU e FAUP.
- MACHADO, João Afonso (2001), "O Bairro de Casas Económicas da Vilarinha", in *O Tripeiro*, Série Nova, Ano XX, Porto, Associação Comercial Porto, pp. 311-315.
- MATOS, Fátima Loureiro de (1994), "Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956", in *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.0), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 677-695.
- MATOS, Maria Fátima Loureiro (2001), *A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*, volume I, Dissertação para Doutoramento em Geografia Humana na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- MENDES, Manuel, "Porto – Cultura da Cidade, Paisagem Doméstica, Morfologias da Casa, 1895-1969: (continuidades, contaminações metamorfozes)", in BARROCA, Mário Jorge (Coord.) (1999), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 63-72.
- PEREIRA DE OLIVEIRA, José Manuel (2007: 1.ªEd. 1973), *O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento*, Edição Fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura, Porto, Edições Afrontamento.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1996), *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa, F.C.G. – (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

